

mon Economistas pedem ação do Congresso

“O Congresso Nacional deve assumir imediatamente a iniciativa do tratamento da reforma financeira, da renegociação da dívida externa e da política de controle inflacionário, liberando-se do entulho autoritário que o marginaliza das decisões de política econômica e que o retém no âmbito restrito da tenocracia”.

Esta é a principal conclusão a que chegaram economistas de todo o Brasil reunidos no plenário do Conselho Federal de Economia e dirigentes de 23 conselhos regionais de economia, em Brasília, num documento que foi entregue ontem ao presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães.

Os economistas defendem a tese de que é indispensável que as discussões e decisões do Congresso Nacional tenham como ponto de partida o questionamento dos diagnósticos em que se baseiam as alternativas de política econômica a serem adotadas, bem como suas implicações a longo prazo, para evitar que a ação do Parlamento seja reduzida à escolha de aspectos parciais, previamente definidos.

Assim é que, no documento entregue a Ulysses Guimarães, eles julgam que um tema como a renegociação da dívida externa deve ser, antes de ser discutido junto a organismos internacionais, exaustivamente debatido no Congresso, o que daria respaldo político-popular às conversações encaminhadas pelo ministro da Fazenda.

“Constatamos, com perplexidade, que o diagnóstico oficial da crise econômica continua privilegiando a questão do déficit público e das empresas estatais”.

Os economistas sugerem que, ao invés de orientar a política econômica no sentido do corte dos gastos públicos e do aumento tributário — o que implica no agravamento do processo recessivo, com riscos de novas pressões inflacionárias — o governo deveria encaminhar urgentemente a reforma financeira e a renegociação da dívida externa, ambas subordinadas aos objetivos de crescimento, emprego e distribuição de renda.

Dentro da própria reforma financeira e da renegociação da dívida externa, o documento encaixa a questão e o papel das empresas estatais, como afirmação da soberania nacional, o caráter social que desempenham e as consequências recessivas do corte em seus orçamentos, com o risco adicional de levá-las à desestruturação.